



## **A REBELDIA DAS BASES: AS GREVES QUE ATROPELARAM AS DIREÇÕES SINDICAIS EM 2014**

SILVA JUNIOR, Silvio Borges

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação Strictu Sensu em Sociedade Cultura e Fronteiras*  
*silviobsjr@hotmail.com*

266

### **RESUMO**

Este artigo faz uma breve análise de três movimentos grevistas que aconteceram no primeiro semestre de 2014, e que tiveram como característica um levante das bases atropelando as direções sindicais: as greves dos garis e dos rodoviários do Rio de Janeiro e a greve dos rodoviários de Salvador. Para compreender alguns determinantes desses movimentos, o texto faz um resgate histórico do sindicalismo no Brasil, principalmente a partir da década de 1930, quando os sindicatos passam a ser reconhecidos e regulados pelo Estado; as greves das décadas de 1970 e 1980, organizadas por diversas categorias à revelia das direções sindicais pelegas atreladas aos Governos militares; o refluxo da luta sindical na década de 1990, auge do neoliberalismo no Brasil, que contribuiu para o surgimento das chamadas novas estratégias de ação sindical: o “Sindicalismo de Resultados” e o “Sindicalismo propositivo”; e, por fim, o processo de cooptação política das direções sindicais pelos Governos do PT.

**Palavras-chave:** trabalho; crise do sindicalismo; greves;

### **ABSTRACT**

This article is a brief analysis of three strikes that occurred in the first six months of 2014, and had as characteristic the bases overrunning the unionism leaderships: the road transport and street cleaners workers of Rio de Janeiro and the road transport workers of Salvador. In order to understand some starter determinants of these movements, this text makes a historical flashback on Brazilian unionism, mostly starting on 1930's, when the base unions begun to be recognized and regulated by the State; the 1970's and 1980's strikes, organized by the bases, against the leaderships' will which were coopted by the Military Governments; the reflux on unions fight on 1990's, peak of neo-liberalism in Brazil, contributing to the new strategies of unions' actions: the “Results' Unionism<sup>1</sup>” and the “Propositional Unionism<sup>2</sup>”; and at last the unions leaderships political cooptation process by the PT government.

**Key-words:** work; unionism crisis; strike;

Depois das manifestações de massa que tomaram conta das principais cidades do Brasil em 2013, e que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, o que tem chamado a atenção de militantes e pesquisadores ligados aos partidos de esquerda, movimentos sociais e, principalmente, ao sindicalismo brasileiro, são as greves que têm acontecido à revelia das direções sindicais, isto é, greves e manifestações organizadas por iniciativa dos trabalhadores

<sup>1</sup> Free translation.

<sup>2</sup> Free translation.



que não concordam com os acordos feitos entre as diretorias sindicais, os patrões e/ou governos. Nesse ensaio faremos uma breve análise de três movimentos, com essas características, que chamaram a atenção no primeiro semestre de 2014: a greve dos garis do Rio de Janeiro, que aconteceu durante o carnaval e durou 8 dias; a greve dos rodoviários de Salvador que aconteceu nos dias 26 e 27 de maio, e a greve dos rodoviários do Rio de Janeiro, realizada em dias alternados, também no mês de maio.

A greve dos garis do Rio de Janeiro teve início no dia 1º de março, sábado de carnaval. Segundo escreveu o jornalista Caetano Maneti para o site Sul 21, “*após uma reunião com garis inconformados, o sindicato assinou um documento que comunicava a Comlurb de uma greve de 24 horas, a partir do primeiro minuto do sábado de carnaval, aniversário da cidade.*”<sup>3</sup> Contudo, segundo a mesma reportagem, o sindicato teria voltado atrás da decisão com medo da paralisação ser considerada ilegal, uma vez que não havia sido cumprido o prazo de 72 horas de comunicação da greve, previsto em lei, o que de fato ocorreu. Acionado pela Comlurb, o Tribunal Regional do Trabalho considerou a greve ilegal e ainda estipulou multa de R\$ 25 mil diários para o sindicato, caso a greve continuasse. No entanto, embora a direção do sindicato já tivesse voltado atrás e inclusive dado declarações à imprensa de que não haveria mais greve, os trabalhadores decidiram manter o movimento e realizaram já neste dia uma grande manifestação próxima ao sambódromo, enfrentando a prefeitura, a justiça e a própria direção do sindicato.

Na segunda-feira, dia 3, houve uma negociação com a presença do sindicato, da Comlurb e de representantes dos grevistas. As principais reivindicações dos trabalhadores eram um reajuste de 50% (Piso Salarial de R\$1200,00), aumento no tíquete alimentação de R\$ 12,00 para R\$ 20,00 e 40% de insalubridade. Na reunião, a direção do sindicato assinou um acordo que reajustava os salários em 9% (de R\$ 802,00 para R\$ 874,00), 40% de adicional insalubridade e aumento do tíquete refeição de R\$ 12,00 para R\$16,00<sup>4</sup>. Contudo, os trabalhadores não aceitaram o acordo assinado pela direção e decidiram manter a greve. O movimento seguiu firme enfrentando inúmeros ataques do governo municipal, como as ameaças de demissões e a cobertura tendenciosa da grande mídia, até o sábado dia 8, quando, em virtude da grande pressão, aconteceu uma audiência no Tribunal Regional do Trabalho entre representantes dos grevistas e o governo municipal. A prefeitura concordou em reajustar o Piso

<sup>3</sup> <http://www.sul21.com.br/jornal/garis-usam-os-quatro-dias-do-carnaval-para-movimento-historico-no-rio-de-janeiro>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>4</sup> Idem.



Salarial para R\$1100,00 (reajuste de 37%), aumentar o tíquete alimentação para R\$ 20,00 (conforme proposta inicial dos trabalhadores), adicional insalubridade de 40%, além de se comprometer em não demitir nenhum trabalhador. Como podemos notar, a greve dos garis do Rio de Janeiro foi vitoriosa tanto do ponto de vista das conquistas econômicas para a categoria, quanto do ponto de vista da organização dos trabalhadores.

Em maio foi a vez dos rodoviários, também do Rio de Janeiro, organizarem paralisações por melhores salários e melhores condições de trabalho. E o fizeram, também, sem o apoio da direção do Sintraturb-Rio (Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro), que por várias vezes deu declarações à imprensa dizendo que era contra o movimento que estava sendo organizado por um grupo de “dissidentes” que não haviam aceitado o acordo coletivo aprovado em assembléia. Os trabalhadores que organizaram a greve reivindicavam um reajuste de 40% nos salários, auxílio alimentação de R\$ 400,00 e o fim da dupla função de motorista e cobrador. O acordo coletivo realizado entre o sindicato dos trabalhadores e as empresas de ônibus em março havia contemplado apenas 10% de reajuste e aumento de R\$ 100,00 para R\$ 140,00 no auxílio alimentação. Em entrevista ao G1.com, o presidente do Sindicato afirmou que esse acordo havia sido aprovado em assembléia da categoria no dia 11 de março e que a greve estava sendo organizada por um grupo de dissidentes que votaram contra a aceitação do acordo coletivo<sup>5</sup>. Ainda segundo o presidente do sindicato, os trabalhadores haviam votado por uma proposta de reajuste do Piso Salarial dos motoristas para R\$ 2200,00, contudo o sindicato das empresas não concordou com a proposta chegando apenas ao índice de 10%. A Greve organizada pelos chamados “dissidentes” aconteceu em dias alternados. De acordo com o portal EBC<sup>6</sup>, no dia 07, a noite, os rodoviários realizaram uma passeata e, em seguida, uma assembléia em frente ao Centro Administrativo da prefeitura do Rio, na Cidade Nova, que deliberou por uma paralisação de 24 horas para o dia seguinte, 8 de março. Ainda segundo este portal, durante a madrugada, os grevistas organizaram piquetes nos portões das empresas de ônibus. Embora o Sintraturb-Rio (Sindicato que deveria representar os trabalhadores) tenha afirmado ao portal G1.com que dos 40 mil trabalhadores da base sindical apenas 300 falaram em paralisação<sup>7</sup>, de acordo com notícia do mesmo portal, a frota que

<sup>5</sup><http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/entenda-o-impasse-que-levou-paralisacao-de-rodoviaros-no-rio.html>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>6</sup><http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/rio-amanhece-sem-onibus-devido-greve-dos-rodoviaros>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>7</sup><http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/greve-de-motoristas-de-onibus-causa-transtornos-no-rio.html>. Acesso em 15 jul. 2014.



circulava no dia da paralisação às 18 horas era de cerca de 24%<sup>8</sup>. Ainda de acordo com a notícia cerca de 500 ônibus teriam sido depredados pelos manifestantes que também organizaram piquetes nas garagens para impedir a saída dos ônibus.

No dia 12 de maio aconteceu uma audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, porém como não houve acordo, os trabalhadores deliberaram por realizar uma nova paralisação, desta vez de 48 horas, com possibilidade de aprovação de greve por tempo indeterminado. Além dessa paralisação, os rodoviários ainda organizaram uma terceira, no dia 28 de maio. Contudo, alguns sites como o G1.com<sup>9</sup> e Folha.Uol<sup>10</sup> noticiaram que a paralisação teria tido pouca adesão e que cerca de 80% da frota de ônibus estaria circulando normalmente. Em entrevista à Folha.Uol, uma das lideranças do movimento disse que as empresas pagaram R\$ 100,00 para os motoristas tirarem os ônibus da garagem. Já outro grevista afirmou ao G1.com que os trabalhadores estavam com medo de serem demitidos e que as empresas estariam contratando outros trabalhadores para substituírem os grevistas. Além das ameaças dos patrões, no dia 02 de junho, o Tribunal Regional do Trabalho julgou a greve ilegal, autorizando descontos dos dias parados e multa para o sindicato<sup>11</sup>. Diante desse contexto o movimento acabou enfraquecendo. Contudo, embora a greve dos rodoviários não tenha avançado na pauta de reivindicações como no caso dos Garis, ela escancara a situação de exploração desses trabalhadores, seu descontentamento com o sindicato, que deveria ouvir mais a categoria e andar junto à base, e sua disponibilidade de luta e capacidade de organização.

Ainda no mês de maio aconteceu a greve dos rodoviários de Salvador. Segundo o site Passa Palavra<sup>12</sup>, a greve estava marcada para iniciar no dia 27. Alguns dias antes, 22 de maio, foi realizada uma assembléia que aprovou a pauta e deliberou pelo indicativo de greve. Os rodoviários reivindicavam um reajuste de 15% nos salários, 63,5% no auxílio alimentação e redução da jornada de trabalho de 8 para 6 horas diárias. A negociação entre o Sindicato e os empresários aconteceu na manhã do dia 23. Os patrões ofereceram um reajuste de 9% nos salários, R\$ 0,85 no tíquete alimentação e a redução da jornada de trabalho de 8 para 7 horas<sup>13</sup>.

<sup>8</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/rio-teve-531-onibus-avariados-durante-paralisacao-dos-rodoviarios.html>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>9</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/termina-paralisacao-de-rodoviarios-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>10</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1461229-lider-de-greve-admite-que-greve-de-rodoviarios-teve-fraca-adesao-no-rio.shtml>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>11</sup> <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/06/trt-decide-em-audiencia-que-greve-de-rodoviarios-do-rio-e-ilegal.html>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>12</sup> <http://passapalavra.info/2014/05/95678>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>13</sup> <http://averdade.org.br/2014/05/rodoviarios-decretam-greve-em-salvador-por-tempo-indeterminado/>. Acesso em 15 jul. 2014.



Às 15 horas estava marcada uma assembléia com os trabalhadores para avaliarem a proposta e deliberarem se mantinham ou não a greve. De acordo com alguns trabalhadores que estiveram no local da assembléia, a mesma teria sido adiantada, não possibilitando a participação de todos os interessados<sup>14</sup>. Outros afirmaram que alguns trabalhadores teriam sido barrados e não puderam participar da assembleia<sup>15</sup>. Os trabalhadores que não concordaram com a proposta dos patrões e com a forma com que o sindicato conduziu o processo resolveram manter a greve e começaram a parar os ônibus já no início da noite em frente ao Sinergia, no bairro Sete Portas, onde estava marcada a assembléia. O sindicato chegou a dar declarações à imprensa dizendo que não haveria greve. No dia 27, após a cidade ter amanhecido sem ônibus, o presidente do sindicato mudou de posição e deu declaração dizendo que apoiava a greve, inclusive admitindo possíveis irregularidades na assembléia que havia deliberado pela suspensão do movimento<sup>16</sup>.

No dia 28 a tarde houve uma nova reunião de negociação e uma assembléia com a presença de cerca 2 mil trabalhadores que acataram a proposta de acordo anterior, com um aumento do tíquete alimentação de R\$ 12,00 para R\$ 14,00 e redução da contrapartida dos trabalhadores de 20 para 5%<sup>17</sup>. A prefeitura também se comprometeu com a gratificação de carnaval, o fim da contrapartida no tíquete alimentação e a implantação da participação nos lucros (PLR)<sup>18</sup>. Em declaração à Folha.Uol, o vice-presidente do sindicato, Fábio Primo, disse que a proposta foi um avanço em relação a original. Sobre o desencontro entre a direção sindical e os trabalhadores, ele disse que o ocorrido serviu de “aprendizado” para o sindicato<sup>19</sup>. Como se pode notar, a greve dos rodoviários de Salvador foi mais um movimento motivado pelo descontentamento da categoria com a forma com que a direção sindical tem conduzido a luta. Se formos observar, os avanços em relação à proposta inicial feita pelos patrões não foram tão grandes, contudo, a mobilização dos trabalhadores fez com que a direção do sindicato mudasse a forma de condução do processo: voltou à mesa de negociação e apresentou a nova proposta em uma assembléia com ampla participação da categoria, ao contrário do que havia feito antes da greve.

<sup>14</sup>Idem.

<sup>15</sup> <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/05/salvador-amanhece-sem-onibus-nas-ruas-sindicato-nega-greve.html>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>16</sup> <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/05/sindicato-dos-rodoviarios-muda-de-posicao-e-declara-apoio-paralisa-cao.html>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>17</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1461261-acordo-encerra-greve-de-motoristas-e-cobreadores-em-salvador.shtml>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>18</sup> <http://www.tribunadabahia.com.br/2014/05/28/greve-dos-rodoviarios-chega-ao-fim>. Acesso em 15 jul. 2014.

<sup>19</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1461261-acordo-encerra-greve-de-motoristas-e-cobreadores-em-salvador.shtml>. Acesso em 15 jul. 2014.



Num primeiro momento, podemos até estranhar tantas greves e paralisações que tem ocorrido, principalmente nesse ano, e que passaram por cima das direções dos sindicatos, organizações que surgiram para defender e organizar a classe trabalhadora na luta contra a exploração. No entanto, se analisarmos um pouco a história do sindicalismo brasileiro podemos observar que esses acontecimentos são muito comuns, principalmente a partir da década de 1930, quando o governo de Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho e expediu a primeira Lei de Sindicalização que obrigava *“os sindicatos a se registrarem no recém criado Ministério do Trabalho e impondo uma série de limitações à sua organização e atuação como contrapartida desse reconhecimento oficial”* (BOITO JR., 2005, p. 47). Em 1943 foi editada a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) *“que completou a organização da estrutura sindical corporativa brasileira”* (BOITO JR., 2005, p. 47). Desde então, o sindicalismo brasileiro tem passado longos períodos atrelado ao Estado e, conseqüentemente, à fração da burguesia que o dirige, por isso, nos momentos que eclodem as lutas dos trabalhadores, como aconteceu no final da década de 70, durante a ditadura militar, entre os operários da região do ABC, essas lutas muitas vezes acontecem passando por cima das chamadas direções sindicais pelegas.

Para compreender melhor a atual fase do sindicalismo brasileiro, é importante fazermos um breve resgate histórico da organização sindical em nosso país.

### **Breve histórico do Sindicalismo Brasileiro**

Boito Jr., em seu livro *“O sindicalismo na política brasileira”* lembra que o sindicalismo no Brasil nasce na última década do século XIX, após a abolição da escravidão e a Proclamação da República com o surgimento do trabalhador livre, principalmente o manual, empregado na indústria (BOITO JR., 2005, p. 268). Segundo esse autor, nesse período o movimento sindical era dominado pela ideologia anarco-sindicalista que pregava o abstencionismo político dos trabalhadores. Para Boito Jr., o fato de a ideologia anarcosindicalista ser hegemônica no movimento sindical contribuiu para que as transformações que ocorreram na década de 1920 culminassem com o início do populismo no Brasil, com a chegada de Getúlio Vargas ao Governo.

Como demonstrou de modo pioneiro Virgínio Santa Rosa (1976), a pressão difusa das massas urbanas na década de 1920 é o pano de fundo do movimento de 1930 e, acrescentamos nós, justamente por ter se tratado de uma pressão difusa, isto é sem direção partidária e programa político próprios, o governo Vargas pode implantar direitos sociais e legislação de fábrica limitados, de modo gradativo e segmentado, e, ademais, apresentar essa legislação como se fosse uma doação do Estado aos trabalhadores (BOITO JR., 2005, p. 272).





Segundo Boito Jr., embora o movimento de 30 não tenha realizado a reforma agrária, nem implantado um estado de bem-estar-social, uma vez que os trabalhadores do campo, maioria da população economicamente ativa nesse período, ficaram excluídos dos direitos sociais e trabalhistas, nem tenha rompido com o imperialismo, o sindicalismo dos trabalhadores urbanos, principalmente dos operários, teve uma participação importantes nas transformações ocorridas nesse período (BOITO JR., 2005, p. 272).

Com a crise política e econômica da República velha, mas com a ainda nascente classe trabalhadora, resultado da abolição da escravidão e da recente industrialização do país, e a falta de um Partido Operário que organizasse e conduzisse o proletariado para um patamar superior da luta de classes, acabou-se implantado no Brasil o Governo de Getúlio Vargas, governo de ideologia populista. Boito Jr., fazendo referência a Weffort (1965) afirma que a ideologia populista é uma ideologia pequeno-burguesa.

Essa ideologia possui um conteúdo central que pode ser resumido na expressão “culto ao Estado protetor”, isto é, a expectativa de que o Estado tome a iniciativa de proteger, independentemente da correlação política de forças, os trabalhadores da ação predatória dos capitalistas. Nos termos do discurso da ideologia populista, trata-se de proteger os “pobres” e “pequenos” da ação “gananciosa” dos “ricos” e “tubarões” (BOITO JR., 2005, p. 23).

De acordo com Boito Jr. (1991, p. 78) a ideologia populista surge no interior da pequena burguesia, compreendida como os pequenos proprietários independentes e a baixa classe média, composta de trabalhadores que realizam o trabalho não manual. Esses dois setores da pequena burguesia, por serem extremamente afetados pelo individualismo burguês, através de valores, como a meritocracia, não se identificam enquanto classe e por isso tem muito mais dificuldades de organizar ações coletivas em defesa de seus interesses, como ocorre com a classe operária.

O pequeno-burguês, enquanto pequeno proprietário independente, encontra-se numa situação de isolamento econômico, o que reforça nele a tendência a perceber-se como indivíduo portador de interesses singulares, e não como integrante de um coletivo de classe. [...] O trabalhador de classe média vive a ilusão da competência e do mérito individual, o que o torna particularmente receptivo à ideologia da ascensão social pelo trabalho e o desvia da organização e da luta coletivas (BOITO JR., 1991, p. 78-79).

Para Boito Jr., essa falta de identidade de classe, que leva à incapacidade de auto-organização da pequena burguesia e da classe média, é que está na base da tendência ao estatismo, uma vez que essa classe espera que o Estado intervenha na defesa de seus interesses.



Dessa forma, a partir de 1930, a ideologia do estatismo populista assume o Governo com Getúlio Vargas, que em 1931, cria a primeira Lei de Sindicalização que obrigava os sindicatos a se registrarem no recém-criado Ministério do Trabalho e impunha uma série de limitações à organização e atuação sindical. Em 1943, foi editada a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que segundo Boito Jr., completou a organização da estrutura sindical brasileira.

De acordo com esse autor, o populismo cria uma espécie de fetiche de Estado burguês, uma vez que passa a impressão de Estado livre e soberano, acima das classes e protetor dos trabalhadores contra a exploração capitalista, por isso reconheceu os sindicatos tornando-os um aparelho do Estado. Assim a estrutura sindical criada no Governo Vargas, e que segundo Boito Jr., continua praticamente intacta, passando apenas por algumas reformas,

é um conjunto de relações que tornam o sindicato um órgão oficial dependente do Estado. A necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, a unicidade sindical, as taxas e impostos sindicais obrigatórios por força de lei e a tutela da Justiça do Trabalho sobre a ação reivindicativa configuram um sistema que, integra o sindicato ao Estado e o torna, no limite, independente dos trabalhadores (BOITO JR., 2005, p. 54).

A estrutura sindical é então, de acordo com Boito Jr. (2005, p. 86) o sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos oficiais às cúpulas do aparelho de Estado (executivo, legislativo e judiciário) e seu elemento principal é a necessidade de reconhecimento legal do sindicato, pois suas demais características dependem desse elemento base, uma vez que para um sindicato representar determinado segmento de trabalhadores nas negociações com o patronato é necessário que o Estado o reconheça oficialmente como único representante dos trabalhadores desse segmento (unicidade sindical); para que o sindicato receba o imposto sindical recolhido dos trabalhadores de sua base, faz-se necessário seu reconhecimento legal. (BOITO JR., 2005, p. 87). Como se pode notar, a estrutura sindical, tendo como elemento base a necessidade do reconhecimento oficial do sindicato pelo Estado desempenha a função de moderar a luta dos trabalhadores mantendo-os sob a hegemonia da burguesia (BOITO JR., 2005, p. 59).

Contudo, Boito Jr. (2005, p. 68) chama a atenção para o fato de que o sindicalismo de Estado enfrentou problemas ao longo de sua história. Segundo o autor,

Os sindicatos oficiais sempre foram sindicatos de minoria, o que já indica sua penetração superficial junto aos trabalhadores. Em diversas conjunturas, os trabalhadores organizaram a sua luta por fora do sindicalismo oficial. Para ser mais exato, essa foi a regra pelo menos até meados da década de 1950 (BOITO JR., 2005, p. 68).





Pesquisa realizada também por Boito Jr. sobre o perfil sócio-econômico dos trabalhadores sindicalizados nos sindicatos oficiais revelou que *“no geral, a propensão à sindicalização (sindicatos oficiais) varia na razão inversa da propensão à ação reivindicativa”* (BOITO JR., 2005, p. 73), isto é, existe maior número de sindicalizados nos setores que há menos mobilização dos trabalhadores. Isso demonstra também, que, considerando que os sindicatos oficiais recebem o imposto sindical ou a contribuição assistencial, que são descontados compulsoriamente de todos os trabalhadores da base sindical, as direções pelegas não vêem necessidade nem obrigação de realizar campanhas de sindicalização. A pesquisa indicou ainda que o índice de sindicalização dos sindicatos oficiais é maior nas cidades pequenas, do interior, e nas pequenas e médias empresas (BOITO JR., 2005, p. 73 apud BOITO JR., 1991, p. 169-219).

Em contrapartida, no final da década de 70, com a crise da ditadura militar, os setores que se mobilizaram e organizaram as greves foram os operários das grandes indústrias do ABC paulista, onde, de acordo com a pesquisa anterior, o índice de sindicalização era baixo. Isso demonstra que muitas greves realizadas no final da década de 70 e durante a década de 80, foram realizadas a revelia das direções pelegas dos sindicatos oficiais.

Durante a ditadura militar foi implantado o que Boito Jr. chamou de modelo ditatorial de gestão dos sindicatos. As direções sindicais que apoiavam as reformas do Governo João Goulart ou que organizavam alguma luta em defesa dos trabalhadores eram depostas pelo Estado. As eleições das direções eram rigorosamente controladas por uma legislação única que garantia a perpetuação das direções pelegas. Em 1978, esse modelo ditatorial de gestão dos sindicatos começa entrar em crise. A classe operária brasileira, principalmente do ABC paulista havia crescido consideravelmente e a política econômica da ditadura estava arrojando os salários dos trabalhadores. Dessa forma tem início um conjunto de greves organizadas pelos trabalhadores sem o apoio das direções dos sindicatos oficiais. Nos lugares onde as direções sindicais apoiavam o movimento, imediatamente o Estado intervinha destituindo a direção.

Os operários estavam se organizando de forma independente através das comissões de fábrica. Essa maior capacidade de organização e de luta estava garantido aos operários das grandes indústrias acordos coletivos muito mais vantajosos do que os assinados pelos sindicatos oficiais da categoria. Outra característica importante desse movimento é que, como ele era independente, não tutelado pela justiça do trabalho, ele não ficava submisso ao calendário oficial de reivindicação e à política salarial do governo (BOITO JR., 2005, p. 98).



De acordo com Boito Jr. (2005, p. 98-99), em pesquisa realizada na cidade de São Paulo entre os operários das indústrias dos setores de plásticos, químicos, metalurgia, marcenaria, de carnes em conserva e frios, considerando os anos de 1985, 1986 e 1987, pode-se constatar que a maioria das greves acontecia nas empresas com mais de 500 operários. Constatou-se ainda, que nas indústrias de plásticos, químicos e frios, os acordos coletivos assinados pelos sindicatos oficiais eram, em diversos casos, inferior à metade do piso pago pelas grandes empresas desses setores.

Nesse período também cresce as greves do funcionalismo público. Esse setor de trabalhadores estava proibido pela ditadura de se organizar em sindicatos, por isso suas greves também eram organizadas por fora da estrutura sindical sem a tutela do Estado ou da justiça do trabalho.

É a partir desses movimentos grevistas do final da década de 70 e início da de 80 que surge a CUT (Central Única dos Trabalhadores), com o objetivo de unificar a luta dos trabalhadores em todo o país. Conforme aponta Ricardo Antunes em seu livro “O novo sindicalismo no Brasil”, duas grandes tendências confluíram para a formação da CUT:

De um lado o novo sindicalismo nascente em meados dos anos setenta que, atuando por dentro da estrutura sindical, pouco a pouco foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura atrelada. [...] De outro lado, num trabalho árduo e persistente, nas situações mais adversas, vinham as oposições sindicais, mais refratárias à ação por dentro da estrutura sindical, e que traziam como bandeira central a luta pelo organismo de base, especialmente pelas comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical (ANTUNES, 1995, p. 28).

De acordo com Antunes, essas duas grandes tendências são heterogêneas quando contrapostas uma a outra, mas também muito diversas em sua composição, uma vez que aglutinavam diversos agrupamentos políticos. Essas duas tendências realizaram congressos, como o de Poços de Caldas (MG) e o de Lins (SP), que reafirmaram a atuação do novo sindicalismo que questionava a prevalência da burocracia sindical e do peleguismo nos sindicatos oficiais. Também as Oposições Sindicais realizaram seus encontros, como o I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), que reafirmava a necessidade da luta contra o sindicato oficial. Foi então, da unidade de ação dessas duas tendências do sindicalismo brasileiro da década de 80 que nasceu a CUT.

Como podemos observar, desde sua origem a CUT não tinha um posicionamento definido em relação à estrutura sindical. Mesmo dentro do Novo Sindicalismo haviam aqueles



que defendiam a criação de sindicatos alternativos e os que defendiam a disputa pelas direções dos sindicatos oficiais. Conforme ilustra Boito Jr. (2005, p. 119-120), o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, o qual Lula era um dos dirigentes, chegou a criar uma organização independente, chamada de fundo de greve, na ocasião em que a direção sindical, por estar conduzindo o processo de mobilização da categoria, foi deposta pela ditadura militar. Contudo, essa organização funcionava apenas quando a direção do sindicato oficial era cassada, o que ocorreu por três vezes. Mesmo diante dessa conjuntura adversa, os dirigentes optaram por retornar ao sindicato oficial. Para Boito Jr., se a direção do movimento de São Bernardo, Núcleo mais combativo do operariado brasileiro, tivesse optado por se manter em uma organização independente, como era o fundo de greve, talvez teria iniciado uma crise da estrutura sindical no Brasil.

O exemplo anterior ilustra bem qual será a postura da CUT a respeito da estrutura sindical. No campo do discurso essa Central fez bastantes críticas ao sindicalismo oficial tutelado pelo Estado e defendeu a independência e liberdade de organização. Ao longo dos seus quatro primeiros congressos (Congresso de fundação e três CONCUR's) aprovou resoluções que defendiam o fim da unicidade sindical, o sindicato único imposto por lei, o fim do imposto sindical e propôs a implantação do Contrato Coletivo de Trabalho para substituir a tutela da Justiça do Trabalho sobre a ação sindical (BOITO JR., 2005, p. 122-123). Contudo, esse discurso crítico à ideologia do legalismo sindical aparece em contradição com a prática do sindicalismo cutista. A CUT defendeu, por exemplo, a oficialização dos sindicatos livres dos funcionários públicos, com o argumento do direito à sindicalização desses trabalhadores e para que os mesmos tenham um órgão legalmente reconhecido para representá-los nas negociações. Ora, como vimos, anteriormente, a necessidade de legalização do sindicato é o elemento base da estrutura sindical, uma vez que para um sindicato representar determinado segmento de trabalhadores nas negociações com o patronato é necessário que o Estado o reconheça oficialmente como único representante dos trabalhadores desse segmento, ou seja, a unicidade sindical. Outro ponto contraditório é a defesa da taxa assistencial, pois mantém “*os recursos do sindicato na dependência de um poder tributário outorgado pelo Estado*” (BOITO JR., 2005, p. 124).

Esse posicionamento contraditório da CUT deixou o caminho aberto para a reforma da estrutura sindical, que ocorreu ainda na ditadura militar, quando o governo percebeu que aumentando a repressão ao movimento operário e o controle dos sindicatos oficiais, depondo as diretorias que participavam das greves, nesse momento de grande combatividade da classe



operária, estava levando os trabalhadores para a organização de sindicatos independentes, o que faria com que o Estado perdesse todo o seu poder de controle das reivindicações e moderação das lutas (BOITO JR., 2005, p. 109). Nesse contexto o Ministério do Trabalho define uma política de abertura sindical que consistia em

flexibilizar um pouco o controle do governo sobre os sindicatos oficiais, principalmente implantando uma legislação salarial e relativa à negociação coletiva que ampliava um pouco o papel e a margem de ação dos sindicatos oficiais, em evitar, dentro de limites, a prática de depor diretorias sindicais eleitas e, como é próprio de todo reformismo conservador, em fazer muitas promessa e projetos de reformas de modo a inflar as expectativas e desorganizar o campo inimigo (BOITO JR., 2005, p. 109).

É levando em consideração esse e outros aspectos que Boito Jr. afirma que a estrutura sindical esteve em declínio, mas não em crise, o que esteve em crise no período da ditadura militar foi o modelo ditatorial de gestão dos sindicatos pelo Estado.

As reformas na estrutura sindical para adequá-la ao período de abertura democrática e, posteriormente, ao regime democrático de direito continuaram. Durante o governo civil de José Sarney seu ministro do trabalho, acabou com os estatutos padrões para os sindicatos oficiais, suspendeu o controle direto de suas eleições, reconheceu politicamente as centrais sindicais, entre outras medidas (BOITO JR., 2005, p. 113). Por fim, de acordo com Boito Jr. (2005, p. 114), a Constituição de 1988 consolida a estrutura sindical elevando seus principais elementos antes normatizados pela CLT, à condição de normas constitucionais, pois

A Constituição manteve, no seu artigo 8º, a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, a unicidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias, a divisão do movimento sindical por categorias e seu retalhamento por municípios; nos seus artigos 111º, 112º, 113º e 114º manteve a mesma estrutura básica da Justiça do Trabalho e sua tutela sobre o movimento sindical (BOITO JR., 2005, p. 114).

### **O sindicalismo na década de 1990 e nos anos 2000**

A década de 1990 se caracterizou por uma crise no movimento sindical brasileiro combativo. Em decorrência das transformações políticas e econômicas causadas pela implementação do neoliberalismo, o movimento sindical entra na defensiva. De acordo com Alves (2000, p. 113), a partir dos anos 90 acontecem transformações organizacionais e tecnológicas nas empresas impulsionadas pela política neoliberal de abertura comercial. Esse processo de reestruturação produtiva promovido pelo capital como forma de sair da crise foi



caracterizado por esse autor como sendo um “*toyotismo sistêmico*’ cuja característica é promover a debilidade da classe, não apenas em sua dimensão subjetiva, mas objetiva” (ALVES: 2000 p. 113)

Por um lado a captura da *subjetividade do trabalho* através de uma luta ideológica vigorosa, expressa nos investimentos em estratégia de manipulação do consentimento operário, tais como os Programas de Qualidade Total, CCQ’s, etc. Por outro lado, mais cruel ainda, a destruição do coletivo operário, através da terceirização, da descentralização produtiva e do desemprego, uma das maiores marcas das políticas neoliberais (ALVES, 2002, p. 113)

A reestruturação produtiva além de modificar as relações de trabalho no interior das empresas também foi uma ofensiva do capital às organizações dos trabalhadores. Os altos índices de desemprego e a precarização do trabalho colocaram o movimento sindical na defensiva. É neste contexto que surge o sindicalismo de resultados, que tem como expressão maior a Força Sindical, central sindical criada em 1991, com o objetivo de disputar as bases sindicais com a CUT, que havia surgido em 1983, resultado do levante operário do final da década de 70 que atropelou as direções dos sindicatos pelegos, atrelados aos governos da ditadura. De acordo com Antunes (1995, p. 38) as características do sindicalismo de resultados é o reconhecimento da vitória do capitalismo, a inserção na lógica do mercado e a restrição da luta sindical que deve preocupar-se apenas em buscar melhorias nas condições de trabalho.

Para Boito Jr. (2005, p. 162), diante dessa conjuntura era inevitável que o sindicalismo adotasse uma estratégia defensiva,

Era necessário resistir, ponto por ponto, à plataforma neoliberal e à política recessiva a ela associada: assumir, acima de tudo, a defesa dos direitos sociais ameaçados, a defesa do emprego, das empresas públicas e dos setores da economia nacional ameaçados pela desnacionalização. E nesse recuo o sindicalismo deveria procurar ampliar suas alianças, explorando as contradições que viessem a surgir no seio das classes dominantes (BOITO JR., 2005, p. 162).

Contudo, a CUT, que havia nascido na década anterior com um caráter anticapitalista, também entrava em crise. Perdia força as concepções socialistas e anticapitalistas e aumentava cada vez mais, dentro da Articulação Sindical, que dirigia a central, a idéia de negociação e acomodação à ordem, dentro daquilo que consideravam o possível, desenvolvendo-se assim um sindicalismo de participação que não questiona o mercado, a legitimidade do lucro a lógica da produtividade e a propriedade privada. (ANTUNES: 1995, p. 53). Surge assim dentro da CUT, defendido pela Articulação Sindical, corrente majoritária dentro da Central, o chamado



“Sindicalismo propositivo” que, *“em vez de ‘apenas se opor e ser contra’, deveria propor ‘alternativas concretas’ para todos os problemas importantes da política de desenvolvimento”* (BOITO JR., 2005 p. 163). Dentro da perspectiva dessa nova estratégia, foram produzidos documentos *“com propostas de políticas setoriais e passou a lutar pela constituição de fóruns tripartites – governo, associações patronais e sindicatos – e, particularmente pela ampliação das câmaras setoriais, caso particular e privilegiado do sindicalismo propositivo”* (BOITO JR., 2005, p. 164).

Conforme aponta Boito Jr. (2005, p. 153), na década de 90 a CUT não se converteu numa Central Sindical Neoliberal. Pelo contrário, as lutas organizadas nessa década contra as políticas neoliberais foram organizadas pelos sindicatos ligados a essa Central, principalmente os sindicatos dos servidores públicos, que foram os que mais resistiram à ofensiva neoliberal, uma vez que essa ideologia, com o objetivo de privatizar e terceirizar o serviço público, identificava esse setor como oneroso e ineficiente. Os funcionários públicos eram considerados privilegiados, por terem estabilidade e não estarem diretamente ligados à lógica neoliberal da produtividade e meritocracia.

Após uma década de ofensiva neoliberal, flexibilização de direitos trabalhistas, desemprego, privatização e terceirizações do serviço público, os anos 2000, mais especificamente 2002, iniciam com a esperança de uma mudança na política e na economia com a eleição de Lula (PT) à presidência da República, contudo, como afirma Boito Jr.,

O novo governo, de modo surpreendente para muitos observadores, não só está mantendo os pilares do modelo capitalista neoliberal dependente, como está aprofundando alguns dos aspectos desse modelo. Os membros da equipe governamental não tocaram na herança neoliberal de FHC: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários (BOITO JR., 2005, p. 223).

A chegada do PT ao governo também gerou um outro tipo de atrelamento dos sindicatos ao Estado, que não só aquele caracterizado pela estrutura sindical. A partir da posse de Lula vemos muitos dirigentes sindicais ligados à CUT e, conseqüentemente, advindos do Novo Sindicalismo da década de 80, ocupando cargos importantes no Governo, conforme demonstra Boito Jr.

*Grande parte da equipe governamental é formada por sindicalista egressos da corrente Articulação Sindical – os ministros do Trabalho, (petroquímico), da Previdência (bancário), da Fazenda (médico), da Comunicação Social (bancário), das cidades (bancário), e o próprio Presidente da República (metalúrgico) (BOITO JR., 2005 p. 231).*





Esse atrelamento fez com que o Governo Lula tivesse amplo apoio da CUT e dos sindicatos a ela filiados, mesmo mantendo grande parte da política neoliberal de FHC e avançando em alguns pontos, como a Reforma da previdência. As direções sindicais passaram a evitar as greves para não desgastar a imagem do Governo, com o argumento de que era um governo dos trabalhadores e encontrava-se em disputa. Por isso, no decorrer dos anos 2000 percebemos um decréscimo no número de greves, permanecendo praticamente no mesmo patamar entre 2002 e 2007 (DIEESE, 2013, p. 33). A partir de 2009 é possível observar a retomada do crescimento das greves chegando a 873 em 2012, maior número desde 1996, auge do governo FHC, quando registrou-se 1228 greve no Brasil (DIEESE, 2013, p. 33).

### **Esboçando conclusões**

Diante dessa retomada histórica do desenvolvimento do sindicalismo no Brasil, apontamos três possíveis determinações (sem prejuízo de outras que não pudemos analisar neste trabalho) para os movimentos grevistas aqui analisados. Um primeiro determinante para as greves de 2014, que aconteceram à revelia das direções sindicais, ou resultado da forte pressão das bases sobre as direções, é o fato de o sindicalismo brasileiro ser sustentado por uma Estrutura Sindical existente desde 1930, que atrela o sindicato ao Estado, ao exigir o seu reconhecimento oficial para negociar com governos e patrões e ao mesmo tempo controla o movimento sindical, colocando-o sob a tutela da justiça do trabalho que tem poder de selar acordos coletivos e deliberar sobre a legalidade de uma greve. Foi o que ocorreu com as greves dos garis e dos rodoviários do Rio de Janeiro que foram consideradas ilegais, pois as direções sindicais já haviam assinado acordo coletivo no Tribunal Regional do Trabalho. Contudo, é importante frisar que esses acordos ficam sempre dentro daquilo que é considerado o possível para os empresários (no caso dos rodoviários) ou governo (no caso dos garis). Além disso, a Estrutura Sindical deu origem aos chamados sindicatos de carimbo...

Outro determinante para o aumento das greves a partir de 2009 e que, conseqüentemente, tem influência nas greves que aqui analisamos é o descontentamento dos trabalhadores com o Governo do PT, isto é, durante aproximadamente 6 anos havia uma esperança entre a classe trabalhadora de que haveria uma mudança no Governo Lula, essa esperança era alimentada pelas direções dos sindicatos e das Centrais Sindicais, como a CUT, que, estando atreladas ao Governo, conseguia conter o descontentamento das bases. As mudanças esperadas não se efetivando, ou mesmo ficando muito aquém das expectativas, dão



início a uma pressão sobre as direções sindicais que, mesmo de alguma forma estando atreladas ao Governo, são obrigadas a organizar greves. Ou, no caso das greves aqui analisadas, quando as direções estão muito afastadas da base e por isso, ou por outros motivos, perderam a credibilidade com os trabalhadores, estes, não tendo alternativa para resistir à exploração, acabam organizando movimentos à revelia dessas direções.

Outro fator que pode ser visto como um determinante, mas também como conseqüência desse movimento é o desgaste de duas estratégias de ação adotada pelo sindicalismo a partir da década de 90. A primeira ficou conhecida como “Sindicalismo de Resultados” inicialmente proposto pela Força Sindical, mas que depois passou a ser propagado por outras Centrais Menores, frutos de dissidências internas e de olho, principalmente, no imposto sindical; a segunda ficou conhecida como “Sindicalismo Propositivo”, estratégia criada pela direção da CUT para enfrentar o refluxo do movimento sindical gerado pela reestruturação produtiva, pelas políticas neoliberais e pela concorrência com a Força Sindical.

Compreendemos que os movimentos grevistas da atualidade ainda não têm a mesma dimensão das greves organizadas à revelia das direções pelegas na década de 80, no ABC paulista, o que ficou conhecido como Novo Sindicalismo, principalmente porque a conjuntura política e econômica atual é bastante diferente. Porém, esses movimentos começam a mostrar os limites do “Sindicalismo de Resultados” e do “Sindicalismo Propositivo”. Conforme afirma Antunes, *“a crise do sindicalismo de resultados” será, portanto, em decorrência da própria vigência de um modelo que não permite resultados para os trabalhadores* (ANTUNES, 1995, p. 40).

Com esta breve análise das greves anteriormente citadas, podemos inferir que esse modelo de sindicato adotado desde a década de 90, que reformou, mas não aboliu a estrutura sindical, por isso pode ser considerado um aparelho de Estado, que na seqüência aderiu ao sindicalismo de resultados, proposto pela Força Sindical que defende a inserção do trabalhador na lógica capitalista, e ao sindicalismo propositivo, proposto pela CUT, que como o próprio nome sugere, consiste em propor alternativas para os problemas da política econômica do país, está mostrando seus limites. Contudo, em nosso entendimento, não é possível afirmar que se trata de uma crise dessas estratégias de ação (sindicalismo de resultados e sindicalismo propositivo), nem da estrutura sindical, pois como afirma Boito Jr.,

Uma crise é uma situação de instabilidade características de um sistema, provocada pelo desenvolvimento de contradições internas e externas, que leva tal sistema ao seu limite, colocando-o diante da necessidade de se reformular e



da possibilidade, dadas as condições, de perecer. No caso das crises políticas, diferentemente, por exemplo, das crises econômicas, julgamos ser imprescindível, para sua caracterização, a ocorrência de um elemento característico. No processo político, um sistema – um Estado, um regime político, uma estrutura sindical – está em crise quando, além do desenvolvimento objetivo de contradições pertinente ao sistema, existe uma ou mais força social que lutam pela sua destruição. (BOITO JR., 2005, p. 95)

Com essa argumentação o autor defendeu que a estrutura sindical não entrou em crise durante a ditadura, mas sim o modelo ditatorial de gestão sindical, como vimos anteriormente. Da mesma forma, ainda é cedo para afirmar que o modelo de sindicalismo de resultados ou de sindicalismo propositivo está em crise, pois as greves que vêm ocorrendo a revelia das direções ou empurrando essas direções, como aconteceu com os rodoviários de Salvador, ainda acontecem de forma isolada e espontânea, ou seja, não se verifica, ainda, uma força social consciente que lute pela sua modificação, porém mostram os limites dessas propostas e ações sindicais, abrindo espaço para o questionamento desse modelo de sindicato que temos implantado no Brasil há mais de 80 anos.

## RERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978 a 1998). [on line]. **Revista de Sociologia Política**. n. 15, p. 111-124, nov. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a08n15.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BOITO JR, Armando. **O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas SP: Editora da UNICAMP: São Paulo: HUCITEC, 1991.

BOITO JR, Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas SP: IFCH/UNICAMP, 2005.

DIEESE. **Estudos e Pesquisas: Balanço das Greves em 2012**. São Paulo, n. 66, maio 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf> >. Acesso em: 02 out. 2014.